

Atlas Boa Sorte Comercializadora de Energia S.A.

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

Relatório da administração e exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

Senhores acionistas, a Administração da Atlas Boa Sorte Comercializadora de Energia S.A., em cumprimento às suas atribuições e atendendo aos dispositivos legais e contratuais vigentes, apresenta a V.s.as. as Demonstrações Financeiras acompanhadas das respectivas Notas Explicativas, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024. Ao encerrarmos o exercício de 2024, a Diretoria externa seu reconhecimento pelo apoio recebido da controladora Atlas Brasil Energia Holding 3 S.A. bem como a todos os demais colaboradores por sua dedicação e empenho.

São Paulo, 28 de março de 2025.

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	3
Balancos patrimoniais individuais e consolidados	6
Demonstrações do resultado individuais e consolidados	7
Demonstrações do resultado abrangente individuais e consolidados	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa individuais e consolidados	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidados	11



Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

**Aos Administradores e Acionistas da
Atlas Boa Sorte Comercializadora de Energia S.A.**
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Atlas Boa Sorte Comercializadora de Energia S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Atlas Boa Sorte Comercializadora de Energia S.A., em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (*IFRS*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa

responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (*IFRS*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

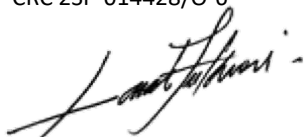
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas

demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócios do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de março de 2025
KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-014428/O-6



Daniel Aparecido da Silva Fukumori
Contador CRC 1SP245014/O-2

Atlas Boa Sorte Comercializadora de Energia S.A.

Balancos patrimoniais
Exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado		Passivo	Nota	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023			2024	2023	2024	2023
Caixa e equivalentes de caixa	8	100.757	139.741	187.923	140.331	Fornecedores	14	18.458	128	21.986	57.998
Contas a receber	9	27.552	-	38.281	-	Obrigações fiscais		945	50	1.847	3.509
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		2.889	1.276	2.957	1.298	Imposto de renda e contribuição social	21	-	-	1.079	7
Impostos a recuperar		92	776	164	1.131	Financiamentos	15	36.014	-	36.014	-
Adiantamento a fornecedores		23	148	24	34.010	Passivo de arrendamento	12	-	-	115	-
Despesas antecipadas	10	-	-	2.720	-	Outras contas a pagar	14	2	23	1.174	216
Outras contas a receber		645	187	734	3.261	Total do passivo circulante		55.419	201	62.215	61.730
Derivativos financeiros ativo	23	-	19.524	-	19.524	Financiamentos	15	1.332.106	926.880	1.332.106	926.880
Dividendos a receber	22	357	-	-	-	Provisão para desmobilização	16	-	-	18.068	-
Total do ativo não circulante		132.315	161.652	232.803	199.555	Passivo de arrendamento	12	-	-	46.204	-
Despesas antecipadas	22	-	-	16.552	-	Imposto de renda e contribuição social diferidos	21	-	6.638	-	6.638
Investimentos em controladas	11	1.770.089	1.475.355	-	-	Total do passivo não circulante		1.332.106	933.518	1.396.378	933.518
Direito de uso	12	-	-	45.679	-	Patrimônio líquido	17				
Imobilizado	13	-	-	1.678.438	1.498.846	Capital social		733.322	617.474	733.322	617.474
Intangível		-	-	-	135	Ajuste de avaliação patrimonial		(237.930)	25.123	(237.930)	25.123
Total do ativo não circulante		1.770.089	1.475.355	1.740.669	1.498.981	Reserva de lucros		19.487	60.691	19.487	60.691
Total do ativo		1.902.404	1.637.007	1.973.472	1.698.536	Total do patrimônio líquido		514.879	703.288	514.879	703.288
						Total do passivo e patrimônio líquido		1.902.404	1.637.007	1.973.472	1.698.536

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Atlas Boa Sorte Comercializadora de Energia S.A.

Demonstrações de resultados
Exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
Receita operacional líquida	18	93.551	-	112.518	-
Custos de operação	19	(56.249)	-	(70.389)	-
Lucro bruto		37.302	-	42.129	-
Despesas operacionais					
Despesas gerais e administrativas	19	(1.730)	(6.185)	(2.947)	(6.570)
Outras receitas e (despesas) operacionais		198	-	(143)	-
Resultado de equivalência patrimonial	11	1.014	(523)	-	-
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		36.784	(6.708)	39.039	(6.570)
Receitas financeiras	20	22.358	164.111	25.597	164.418
Despesas financeiras	20	(101.808)	(66.784)	(105.006)	(67.157)
Resultado financeiro líquido		(79.450)	97.327	(79.409)	97.261
Resultado antes dos impostos		(42.666)	90.619	(40.370)	90.691
Imposto de renda e contribuição social correntes	21		(28.408)	(2.296)	(28.480)
Lucro líquido / (Prejuízo) do exercício		(42.666)	62.211	(42.666)	62.211

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Atlas Boa Sorte Comercializadora de Energia S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes
Exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
Lucro líquido / (Prejuízo) do exercício		(42.666)	62.211	(42.666)	62.211
Ajuste de conversão	16 c	(250.167)	12.341	(250.167)	12.341
Reservas de hedge, líquido de impostos	20	(12.886)	4.316	(12.886)	4.316
Resultado abrangente do exercício		(305.719)	78.868	(305.719)	78.868

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Atlas Boa Sorte Comercializadora de Energia S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

Nota	Capital Social		Outros resultados abrangentes		Reserva de lucros			Total
	Capital subscrito	Capital a integralizar	Ajuste de avaliação patrimonial		Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Prejuízos Acumulados	
			Ajuste de conversão	Reservas de hedge				
Saldos em 31 de dezembro de 2022	126.277	(17)	(104)	8.570	-	-	(1.520)	133.206
Subscrição de capital social	1.064.241	(1.064.241)	-	-	-	-	-	-
Integralização de capital	-	491.214	-	-	-	-	-	491.214
Ajuste de conversão	-	-	12.341	-	-	-	-	12.341
Reserva de hedge	-	-	-	4.316	-	-	-	4.316
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	62.211	62.211
Constituição de reserva legal	-	-	-	-	3.647	-	(3.647)	-
Destinação para reserva de retenção de lucros	-	-	-	-	-	57.044	(57.044)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	1.190.518	(573.044)	12.237	12.886	3.647	57.044	(0)	703.288
Integralização de capital	-	115.848	-	-	-	-	-	115.848
Ajuste de conversão	-	-	(250.167)	-	-	1.462	-	(248.705)
Reserva de hedge	-	-	-	(12.886)	-	-	-	(12.886)
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	-	(42.666)	(42.666)
Absorção do prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	(42.666)	42.666	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	1.190.518	(457.196)	(237.930)	-	3.647	15.840	(0)	514.879

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Atlas Boa Sorte Comercializadora de Energia Ltda.

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		(42.666)	90.619	(40.370)	90.691
Ajustes para reconciliar o resultado do período com recursos provenientes de atividades operacionais:					
Depreciação	13	-	-	26.339	-
Amortização do direito de uso	12	-	-	769	-
Juros sobre financiamentos	15	74.426	27.069	74.426	27.069
Custo de captação apropriado ao resultado	15	2.182	862	2.182	862
Juros sobre passivo de arrendamento	12	-	-	2.795	-
Variação cambial	15	43.351	(18.776)	43.351	(18.776)
Derivativos a receber		-	(106)	-	(106)
Baixa de imobilizado e intangível	13	-	-	481	-
Atualização de direito de uso	12	-	-	(48)	-
Resultado de equivalência patrimonial	11	(1.014)	523	-	-
		76.279	100.085	109.925	99.740
Redução (aumento) nos ativos operacionais:					
Contas a receber		(27.552)	-	(38.281)	-
Impostos a recuperar		684	(757)	967	(1.085)
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		(1.613)	(1.173)	(1.659)	(1.192)
Adiantamento a fornecedores		125	(144)	33.987	(31.795)
Outras contas a receber		(458)	(187)	2.527	(3.261)
Despesas antecipadas		-	24	(19.272)	4.395
Aumento (redução) nos passivos operacionais:					
Fornecedores		18.330	(201)	19.730	42.675
Obrigações fiscais		896	36	(1.662)	-
Outras contas a pagar		(21)	1	958	38
		66.670	97.684	107.220	109.515
Caixa gerado pelas atividades operacionais					
Pagamento de juros de arrendamentos	12	-	-	(2.795)	-
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		-	(28.408)	(1.224)	(28.509)
		66.670	69.382	103.201	81.006
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais					
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento					
Aumento de capital em investidas	11	(294.077)	(1.371.279)	-	-
Aquisição de intangível		-	-	-	(135)
Aquisição ao ativo imobilizado	13	-	-	(243.951)	(1.389.881)
		(294.077)	(1.371.279)	(243.951)	(1.390.016)
Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades de investimento					
Fluxo de caixa proveniente das atividades de financiamento					
Pagamento de principal de arrendamento	12	-	-	(81)	-
Custo de captação de financiamentos	15	(23.462)	(35.077)	(23.462)	(35.077)
Captação de financiamentos	15	96.061	952.802	96.061	952.802
Integralização de capital	16.a	115.848	491.214	115.848	491.214
		188.447	1.408.939	188.366	1.408.939
Fluxo de caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento					
Aumento líquido no saldo de caixa e equivalentes de caixa					
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	8	139.741	17.419	140.331	28.061
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	8	100.757	139.741	187.923	140.331
Efeito da variação cambial sobre o caixa e equivalentes de caixa		(24)	15.280	(24)	12.341
		(38.960)	107.042	47.616	99.929

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

1 Contexto operacional

A Atlas Boa Sorte Comercializadora de Energia S.A., (“Companhia”) foi constituída em 29 de novembro de 2021, na forma de sociedade de capital limitado domiciliada no Brasil, com sede na Cidade de Pirapora, Estado de Minas Gerais, na Altura do KM 6 da LMG-690, área rural de Paracatu, CEP 38.609-899. Sua controladora direta é a Atlas Brasil Energia Holding 3 S.A. com participação de 58,93% do capital social da Companhia.

As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas da Companhia abrangem a Companhia e suas controladas (conjuntamente referidas como ‘Grupo’). O Grupo está envolvido primariamente na geração de energia elétrica por fonte fotovoltaica através dos investimentos conforme apresentados abaixo:

Central Fotovoltaica Boa Sorte 1 SPE Ltda;
Central Fotovoltaica Boa Sorte 2 SPE Ltda;
Central Fotovoltaica Boa Sorte 3 SPE Ltda;
Central Fotovoltaica Boa Sorte 4 SPE Ltda;
Central Fotovoltaica Boa Sorte 5 SPE Ltda;
Central Fotovoltaica Boa Sorte 6 SPE Ltda;
Central Fotovoltaica Boa Sorte 7 SPE Ltda; e
Central Fotovoltaica Boa Sorte 8 SPE Ltda.

As movimentações dos investimentos em controladas podem ser observadas na nota explicativa nº 11.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas abrangem a Companhia e suas subsidiárias (conjuntamente referidas como ‘Grupo’). O grupo obteve autorização para início da operação comercial em 07 de março de 2024 e teve sua operação dedicada ao suprimento de contratos de venda de energia firmados bilateralmente no ambiente de contratação livre no mercado de curto prazo durante o ano de 2024. A partir de janeiro de 2025 a Empresa iniciará o atendimento ao contrato de venda de energia firmado pelo Complexo Fotovoltaico Boa Sorte, através de sua controladora Boa Sorte Comercializadora de Energia S.A. junto à Albras Alumínio Brasileiro S.A., cujo suprimento ocorrerá até 31 de dezembro de 2044.

A obtenção do *substantial completion*, cujo qual estabelece o marco no qual os ativos fixos estão em condições pretendidas pela administração para entrar em operação e iniciar a depreciação ocorreu em 01 de julho de 2024.

As subsidiárias compõem o projeto Boa Sorte que prevê o fornecimento médio anual de mais de 95 MWh para atender prioritariamente a Albras S.A., durante o prazo de 20 anos, iniciando em 1º de janeiro de 2025 até 31 de dezembro de 2044, na modalidade de autoprodução.

1.1 Autorizações para exploração

As controladas possuem a autorização para explorar o potencial de geração de energia elétrica por fonte fotovoltaica pelo período de 35 anos, e atuarão no ambiente de contratação livres. As

controladas encontram-se em processo de fechamento contratual para fornecimento da energia gerada.

A tabela a seguir resume as características de cada controlada direta:

<i>Usina</i>	<i>Companhia</i>	<i>CEG ANEEL</i>	<i>Período da autorização</i>	<i>Potência (MW)</i>	<i>Estimativa de geração (MW/médio)</i>	<i>Ambiente Contratação</i>	<i>Estado</i>	<i>Fase do Projeto</i>
UFV Boa Sorte 1	Central Fotovoltaica Boa Sorte 1 SPE Ltda.	UFV.RS.MG.049183-7.01	02/03/2021 a 02/03/2056	46,53	12,5	ACL	MG	Em operação
UFV Boa Sorte 2	Central Fotovoltaica Boa Sorte 2 SPE Ltda.	UFV.RS.MG.049185-3.01	02/03/2021 a 02/03/2056	46,53	12,5	ACL	MG	Em operação
UFV Boa Sorte 3	Central Fotovoltaica Boa Sorte 3 SPE Ltda.	UFV.RS.MG.049186-1.01	02/03/2021 a 02/03/2056	46,53	12,5	ACL	MG	Em operação
UFV Boa Sorte 4	Central Fotovoltaica Boa Sorte 4 SPE Ltda.	UFV.RS.MG.049187-0.01	02/03/2021 a 02/03/2056	46,53	12,5	ACL	MG	Em operação
UFV Boa Sorte 5	Central Fotovoltaica Boa Sorte 5 SPE Ltda.	UFV.RS.MG.049188-8.01	02/03/2021 a 02/03/2056	46,53	12,5	ACL	MG	Em operação
UFV Boa Sorte 6	Central Fotovoltaica Boa Sorte 6 SPE Ltda.	UFV.RS.MG.049189-6.01	02/03/2021 a 02/03/2056	46,53	12,5	ACL	MG	Em operação
UFV Boa Sorte 7	Central Fotovoltaica Boa Sorte 7 SPE Ltda.	UFV.RS.MG.049190-0.01	02/03/2021 a 02/03/2056	46,53	12,5	ACL	MG	Em operação
UFV Boa Sorte 8	Central Fotovoltaica Boa Sorte 8 SPE Ltda.	UFV.RS.MG.049191-8.01	02/03/2021 a 02/03/2056	46,53	12,5	ACL	MG	Em operação

2 Relação de entidades controladas

Segue abaixo lista das controladas do Grupo:

Controladas (a)	País	Participação acionária %			
		2024		2023	
Central Fotovoltaica Boa Sorte 1 SPE Ltda.	Brasil	Direta	100%	Direta	100%
Central Fotovoltaica Boa Sorte 2 SPE Ltda.	Brasil	Direta	100%	Direta	100%
Central Fotovoltaica Boa Sorte 3 SPE Ltda.	Brasil	Direta	100%	Direta	100%
Central Fotovoltaica Boa Sorte 4 SPE Ltda.	Brasil	Direta	100%	Direta	100%
Central Fotovoltaica Boa Sorte 5 SPE Ltda.	Brasil	Direta	100%	Direta	100%
Central Fotovoltaica Boa Sorte 6 SPE Ltda.	Brasil	Direta	100%	Direta	100%
Central Fotovoltaica Boa Sorte 7 SPE Ltda.	Brasil	Direta	100%	Direta	100%
Central Fotovoltaica Boa Sorte 8 SPE Ltda.	Brasil	Direta	100%	Direta	100%

(a) As investidas contemplam o projeto Boa Sorte.

3 Base de preparação Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras, foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e com as normas internacionais de relatório financeiro *International Financial Reporting Standards – IFRS* emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

As informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela administração na sua gestão.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 28 de março de 2025.

Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais, que são mensurados a cada data reporte e reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Instrumentos financeiros derivativos: Nota explicativa nº 19

4 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Dólar norte americano e a moeda de apresentação é Real brasileiro. Essas demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em milhares de reais. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

5 Uso de estimativas

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos passivos e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

b) Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2024 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Vida útil dos ativos tangíveis – Nota explicativa nº 13:** Refere-se a ativos imobilizados onde a depreciação é feita pelo método linear, com base nas taxas anuais. A determinação da vida útil dos ativos é estimada pela Administração com base na estimativa de tempo de geração de recursos que tal ativo espera prover, limitando-se ao prazo de autorização de exploração.
- **Análise de redução ao valor recuperável da planta fotovoltaica – Nota explicativa nº13:** principais premissas em relação aos valores recuperáveis da Planta fotovoltaica;
- **Reconhecimento e mensuração dos custos de desmobilização – nota explicativa nº16:** Refere-se as principais premissas sobre a mensuração dos custos prováveis, descontados a valor presente, representando assim a saída futura de recursos necessários para entrega do terreno locado nas condições previstas no contrato; e
- **Instrumentos financeiros – Nota explicativa nº 23:** Principais premissas utilizadas na mensuração do valor justo.

6 Políticas contábeis materiais

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de maneira consistente em todos os períodos

apresentados e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras.

(i) *Classificação e mensuração subsequente*
Instrumentos Financeiros

a) Base de consolidação

(i) *Controladas*

O Grupo controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia a partir da data em que obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

(ii) *Perda de controle*

Quando a entidade perde o controle sobre uma controlada, o Grupo desreconhece os ativos e passivos e qualquer participação de não-controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se o Grupo retém qualquer participação na antiga controlada, essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle.

(iii) *Investimentos em entidades contabilizados pelo método da equivalência patrimonial*

Os investimentos do Grupo em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em controladas.

(iv) *Transações eliminadas na consolidação*

Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação do Grupo na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

a. *Receita de contrato com cliente*

Reconhecimento da receita

As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, líquida de quaisquer contraprestações variáveis. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que houve:

- a identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente;
- a identificação da obrigação de desempenho presente no contrato;
- a determinação do preço para cada tipo de transação;

- a alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estipuladas no contrato; e
- o cumprimento das obrigações de desempenho do contrato, sejam em um determinado período, ou ao longo do contrato. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

O principal critério de reconhecimento e mensuração do contrato de energia de reserva é estabelecido com base na quantidade de energia entregue no ponto de verificação acordado entre as partes e com os preços especificados nos termos dos contratos de fornecimento.

b) Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras do Grupo compreendem:

- receita de juros;
- despesa de juros; e
- ganhos/perdas líquidos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos. A 'taxa de juros efetiva' é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao:

- valor contábil bruto do ativo financeiro; ou
- ao custo amortizado do passivo financeiro.

No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo (quando o ativo não estiver com problemas de recuperação) ou ao custo amortizado do passivo.

c) Imposto de renda e contribuição social

(i) Regime de tributação pelo Lucro Real – Controladora

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

(ii) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Impostos diferidos passivos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias decorrentes entre os valores contábeis reconhecidos nas demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. A Companhia apresenta diferença temporária, exclusivamente, em operações de mensuração ao valor justo dos derivativos.

(iii) Regime de tributação pelo Lucro Presumido – Demais controladas

O imposto de renda e a contribuição social correntes registrados no resultado são calculados conforme sistemática do lucro presumido, cujas bases de cálculo do imposto de renda e da contribuição social foram apuradas as alíquotas de 8% e 12% respectivamente, aplicadas sobre o montante da receita bruta segundo legislação vigente. Sobre a base de cálculo, para a apuração do imposto de renda, são aplicadas às alíquotas de 15% acrescidas de 10% sobre o que exceder R\$ 60 trimestrais e a contribuição social corrente calculada à alíquota de 9%.

(iv) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente corresponde ao imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

d) Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais das entidades do Grupo pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

e) Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de construção, que inclui principalmente os custos de obtenções de licenças ambientais, serviços de construção e compra de equipamentos para montagem das usinas fotovoltaicas.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

(ii) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pelo Grupo.

(iii) Depreciação

O imobilizado registrado pelo Grupo corresponde aos gastos ocorridos até o momento para a obtenção de licenças, aquisição de equipamentos e contração de serviço para a construção das usinas fotovoltaicas das controladas Boa Sorte. Neste período de construção estes gastos ativados estão sujeitos apenas as eventuais reduções por perda do valor recuperável (*impairment*), caso sejam detectadas evidências substanciais de perda. A depreciação destes ativos iniciará assim que terminar o período de construção e os ativos estiverem nas condições pretendidas pela Administração.

A vida útil estimada da usina fotovoltaica, será de 30 anos, limitada ao prazo de autorização.

f) Provisão para desmobilização

Os contratos de arrendamento das terras onde os parques encontram-se instalados contém cláusulas que obrigam a Empresa, ao final do prazo contratual, devolva as terras em condições originais anteriores a implementação dos parques. A provisão foi inicialmente mensurada ao seu valor justo e, posteriormente, é ajustada a valor presente e mudanças no valor ou na tempestividade dos fluxos de caixa estimados. Os custos de desmobilização do ativo são capitalizados como parte do valor contábil do ativo relacionado e são depreciados ao longo da vida útil remanescente do ativo, é possível verificar maiores detalhes na nota explicativa nº 14.

g) Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando o Grupo se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que sejam um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

a) Ativos Financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado:

- ao custo amortizado;
- ao VJR (Valor Justo por meio do Resultado)
- ao VJORA (Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes)

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que o Grupo mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR (Valor Justo por meio do Resultado):

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

b) Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio:

O Grupo realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração do Grupo;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos do Grupo.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

c) *Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:*

Para fins dessa avaliação, o ‘principal’ é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os ‘juros’ são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

O Grupo considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas:

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

d) *Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas*

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) Desreconhecimento

a) Ativos financeiros

O Grupo desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Grupo transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual o Grupo nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

b) Passivos financeiros

O Grupo desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. O Grupo também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Grupo tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

h) Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

(i) Ativos financeiros não-derivativos

a) Instrumentos financeiros e ativos contratuais

O Grupo reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- ativos financeiros mensurados ao custo amortizado;

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, o Grupo considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica do Grupo, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposta ao risco de crédito.

b) Mensuração das perdas de crédito esperada

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos ao Grupo de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que o Grupo espera receber).

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

(i) Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge (“hedge accounting”)

A Companhia mantém instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições aos riscos de moeda estrangeira, utilizando a contabilização de *hedge* (*hedge accounting*) com o intuito de proteger os futuros desembolsos para aumento de capital nas controladas necessários para as aquisições de equipamentos para a implementação das usinas fotovoltaicas. Os instrumentos financeiros derivativos utilizados para este fim são Contratos a Termo de Moeda – *NDF* (*Non Deliverable Forward*).

Os derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo, e posteriormente a valorização ou a desvalorização do valor justo do instrumento destinado à proteção são registradas em contrapartida no patrimônio líquido, especificamente na rubrica de ajuste de avaliação patrimonial.

No início de relacionamento do *hedge* designado, a Companhia documenta o objetivo e a estratégia de gerenciamento de risco para a realização do *hedge*. A Companhia também documenta a relação econômica entre o item coberto e o instrumento de cobertura, incluindo se as alterações nos fluxos de caixa do item coberto e do instrumento de cobertura devem compensar-se mutuamente.

Periodicamente a Administração da Companhia monitora os critérios de qualificação do instrumento de hedge, a fim de assegurar a relação de proteção.

Hedge de fluxo de caixa

Quando um instrumento financeiro derivativo é designado como instrumento de hedge de fluxo de caixa, a parcela efetiva das variações no valor justo é reconhecida e acumulada no patrimônio líquido sob a rubrica AAP (Ajuste de Avaliação Patrimonial), e são limitadas ao índice designado para o item protegido. A Companhia designou Contratos a Termo de Moeda – *NDF* (*Non Deliverable Forward*) como instrumento de hedge. A parcela efetiva das variações no valor justo do instrumento de hedge acumuladas em AAP serão reclassificadas para o custo do objeto de hedge protegido, sendo os respectivos aportes de capital em controladas como ajuste de reclassificação no mesmo período em que os fluxos de caixa esperados com os respectivos aportes de capital ocorrerem.

Se o hedge não mais atender aos critérios de contabilidade de hedge ou se, o instrumento de hedge for rescindido, ou expirar, a contabilidade de hedge será descontinuada prospectivamente.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros do Grupo, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor Grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou Grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou Grupo de UGCs) de forma pro rata.

As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

i) Provisões

As provisões são reconhecidas em virtude de um evento passado, quando há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e se for mais provável do que não provável a exigência de um recurso econômico para liquidar essa obrigação. Quando aplicável, as provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de desembolso de caixa futuros esperados a uma taxa que considera as avaliações atuais de mercado e os riscos específicos para o passivo.

j) Arrendamentos

No início de um contrato, o Grupo avalia se um contrato é ou contém arrendamento.

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca da contraprestação.

(i) Arrendatário

No início ou na modificação de um contrato que contém o componente de arrendamento, a Empresa aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais.

Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar

pagamentos do arrendamento. No caso da Empresa os ativos de direito de uso e seus respectivos passivos de arrendamento se referem as terras onde os parques fotovoltaicos encontram-se instalados.

A Empresa adota os seguintes critérios de reconhecimento e mensuração inicial dos ativos e passivos:

Reconhecimento de passivo de arrendamento mercantil na data da aplicação inicial para arrendamentos anteriormente classificados como arrendamento operacional. A mensuração do passivo de arrendamento mercantil foi realizada ao valor presente dos pagamentos de arrendamento remanescentes, descontados a partir das taxas de juros incrementais de para fontes de financiamento dos ativos subjacentes. A taxa nominal de juros incremental estabelecida foi em média de 12,75% a.a.

k) Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual o Grupo tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (*non-performance*). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito do Grupo.

Uma série de políticas contábeis e divulgações do Grupo requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros.

Quando disponível, o Grupo mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como “ativo” se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, o Grupo utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, o Grupo mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se o Grupo determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

7 Novas normas e interpretações

Uma série de novas normas contábeis serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2025. O Grupo não adotou as seguintes normas contábeis na preparação destas demonstrações financeiras.

(a) IFRS 18 Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis

O IFRS 18 substituirá o CPC 26/IAS 1 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais.

- As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará.
- As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras.
- Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras.

Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto.

O Grupo ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas do Grupo, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. O Grupo também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como 'outros'.

(b) Outras Normas Contábeis

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras do Grupo:

- Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02/IAS 21);
- Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações IFRS 9 e IFRS 7).
- Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou empreendimento controlado em conjunto (Alterações na IFRS 10 e na IAS 28)

8 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Depósitos bancários (a)	91.127	110.320	101.163	110.484
Aplicações financeiras curto prazo (b)	9.630	29.421	86.760	29.847
Caixa e equivalentes de caixa	100.757	139.741	187.923	140.331

- (a) Inclui depósitos bancários disponíveis, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e com risco insignificante de mudança de valor.
- (b) As aplicações financeiras referem-se à certificado de depósito bancário, de liquidez imediata e remuneração atrelada à variação do CDI em média de 98% em 31 de dezembro de 2024 (105,5% em 31 de dezembro de 2023) ao ano, não excedendo os seus respectivos valores de mercado.

9 Contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Contas a receber de clientes – ACL (a)	26.222	-	36.951	-
Contas a receber de clientes – MCP (B)	1.330	-	1.330	-
Contas a receber de clientes	27.552	-	38.281	-

- (a) Contas a receber proveniente da operação de venda firmada bilateralmente no ambiente de contratação livre (ACL), conforme nota explicativa nº 1. A Empresa possui previsão de realizar o saldo em aberto durante o exercício de 2025.
- (b) Refere-se ao saldo de energia de teste comercializado na CCEE no Mercado de Curto Prazo (MCP)

10 Despesas antecipadas (consolidado)

	2024	2023
Seguros antecipados (a)	2.720	-
Arrendamentos antecipados (b)	16.553	-
Total	19.273	-
Circulante	2.720	-
Não circulante	16.553	-

- (a) Refere-se basicamente a saldos de seguros firmados para cobertura de danos e avarias no processo de construção dos parques fotovoltaicos.

- (b) Mediante negociação entre o Grupo e o arrendador das terras na qual o parque fotovoltaico está instalado, foram antecipados o pagamento dos últimos 5 anos do contrato de arrendamento. O Grupo irá amortizar o saldo antecipado ao final do período de arrendamento.

11 Investimento

Composição do investimento	Part.%	Patrimônio líquido	Resultado do exercício	2024
<i>Investimentos em controladas</i>				
Central Fotovoltaica Boa Sorte 1 SPE Ltda	100%	285.199	219	285.199
Central Fotovoltaica Boa Sorte 2 SPE Ltda	100%	222.193	334	222.193
Central Fotovoltaica Boa Sorte 3 SPE Ltda	100%	217.766	227	217.766
Central Fotovoltaica Boa Sorte 4 SPE Ltda	100%	215.405	(429)	215.405
Central Fotovoltaica Boa Sorte 5 SPE Ltda	100%	206.891	353	206.891
Central Fotovoltaica Boa Sorte 6 SPE Ltda	100%	207.568	144	207.568
Central Fotovoltaica Boa Sorte 7 SPE Ltda	100%	207.902	740	207.902
Central Fotovoltaica Boa Sorte 8 SPE Ltda	100%	207.045	(574)	207.045
Total		1.770.089	894	1.770.089

Composição do investimento	Part.%	Patrimônio líquido	Resultado do exercício (*)	Ajuste de conversão	2023
<i>Investimentos em controladas</i>					
Central Fotovoltaica Boa Sorte 1 SPE Ltda	100%	280.475	(91)	2.423	280.475
Central Fotovoltaica Boa Sorte 2 SPE Ltda	100%	183.617	(78)	(319)	183.617
Central Fotovoltaica Boa Sorte 3 SPE Ltda	100%	180.232	(78)	(513)	180.232
Central Fotovoltaica Boa Sorte 4 SPE Ltda	100%	167.700	(55)	(391)	167.700
Central Fotovoltaica Boa Sorte 5 SPE Ltda	100%	170.586	(63)	(1.292)	170.586
Central Fotovoltaica Boa Sorte 6 SPE Ltda	100%	169.634	(51)	(1.332)	169.634
Central Fotovoltaica Boa Sorte 7 SPE Ltda	100%	163.657	(52)	(780)	163.657
Central Fotovoltaica Boa Sorte 8 SPE Ltda	100%	159.454	(55)	(735)	159.454
Total		1.475.355	(523)	(2.939)	1.475.355

A movimentação dos investimentos em controladas, apresentados nas Demonstrações financeiras individuais, é como segue:

Composição do investimento	Part. %	31/12/2023	Aumento de capital	Equivalência patrimonial	Distribuição de dividendos	31/12/2024
<i>Investimentos em controladas</i>						
Central Fotovoltaica Boa Sorte 1 SPE Ltda	100%	280.475	4.505	219	-	285.199
Central Fotovoltaica Boa Sorte 2 SPE Ltda	100%	183.617	38.242	334	-	222.313
Central Fotovoltaica Boa Sorte 3 SPE Ltda	100%	180.232	37.307	227	-	217.766
Central Fotovoltaica Boa Sorte 4 SPE Ltda	100%	167.700	48.134	(429)	-	215.405
Central Fotovoltaica Boa Sorte 5 SPE Ltda	100%	170.586	35.952	353	-	206.891
Central Fotovoltaica Boa Sorte 6 SPE Ltda	100%	169.634	37.790	144	-	207.568
Central Fotovoltaica Boa Sorte 7 SPE Ltda	100%	163.657	43.982	740	(357)	207.902
Central Fotovoltaica Boa Sorte 8 SPE Ltda	100%	159.454	48.165	(574)	-	207.045
Total		1.475.355	294.077	894	(357)	1.770.089

Atlas Boa Sorte Comercializadora de Energia S.A.
Demonstrações Financeiras
 Exercício findo em 31 de dezembro de 2024

Composição do investimento	Part. %	31/12/2022	Aumento de capital	Equivalência patrimonial	Ajuste de conversão	31/12/2023
<i>Investimentos em controladas</i>						
Central Fotovoltaica Boa Sorte 1 SPE Ltda	100%	22.499	255.644	(91)	2.423	280.475
Central Fotovoltaica Boa Sorte 2 SPE Ltda	100%	13.017	170.997	(78)	(319)	183.617
Central Fotovoltaica Boa Sorte 3 SPE Ltda	100%	12.887	167.936	(78)	(513)	180.232
Central Fotovoltaica Boa Sorte 4 SPE Ltda	100%	12.821	155.325	(55)	(391)	167.700
Central Fotovoltaica Boa Sorte 5 SPE Ltda	100%	12.297	159.644	(63)	(1.292)	170.586
Central Fotovoltaica Boa Sorte 6 SPE Ltda	100%	11.895	159.122	(51)	(1.332)	169.634
Central Fotovoltaica Boa Sorte 7 SPE Ltda	100%	11.797	152.692	(52)	(780)	163.657
Central Fotovoltaica Boa Sorte 8 SPE Ltda	100%	10.325	149.919	(55)	(735)	159.454
Total		107.538	1.371.279	(523)	(2.939)	1.475.355

31/12/2024	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Prejuízo do exercício
Central Fotovoltaica Boa Sorte 1 SPE Ltda	295.493	10.294	285.199	219
Central Fotovoltaica Boa Sorte 2 SPE Ltda	231.896	9.703	222.193	334
Central Fotovoltaica Boa Sorte 3 SPE Ltda	227.196	9.430	217.766	227
Central Fotovoltaica Boa Sorte 4 SPE Ltda	224.973	9.568	215.405	(429)
Central Fotovoltaica Boa Sorte 5 SPE Ltda	216.667	9.776	206.891	353
Central Fotovoltaica Boa Sorte 6 SPE Ltda	217.129	9.561	207.568	144
Central Fotovoltaica Boa Sorte 7 SPE Ltda	218.070	10.168	207.902	620
Central Fotovoltaica Boa Sorte 8 SPE Ltda	216.631	9.586	207.045	(574)
Total dos investimentos	1.848.055	78.086	1.769.969	894

31/12/2023	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Prejuízo do exercício (*)
Central Fotovoltaica Boa Sorte 1 SPE Ltda	308.404	27.929	280.475	(91)
Central Fotovoltaica Boa Sorte 2 SPE Ltda	196.618	13.001	183.617	(78)
Central Fotovoltaica Boa Sorte 3 SPE Ltda	192.344	12.112	180.232	(78)
Central Fotovoltaica Boa Sorte 4 SPE Ltda	180.408	12.708	167.700	(55)
Central Fotovoltaica Boa Sorte 5 SPE Ltda	182.050	11.464	170.586	(63)
Central Fotovoltaica Boa Sorte 6 SPE Ltda	181.853	12.219	169.634	(51)
Central Fotovoltaica Boa Sorte 7 SPE Ltda	178.453	14.796	163.657	(52)
Central Fotovoltaica Boa Sorte 8 SPE Ltda	176.879	17.425	159.454	(55)
Total dos investimentos	1.597.009	121.654	1.475.355	(523)

(*) O prejuízo do exercício das investidas compreende o período de 14 de fevereiro de 2023 a 31 de dezembro de 2023.

12 Ativo de direito de uso e arrendamento

O Grupo atua como arrendatárias em contratos de terras onde os parques fotovoltaicos encontram-se instalados.

A movimentação consolidada do direito de uso está demonstrada abaixo:

	Reconhecimento inicial	Atualização dos saldos	Amortização	Valor líquido em 31/12/2024
Ativo de direito de uso				
Arrendamento parques fotovoltaicos	52.522	(6.074)	(769)	45.679
Total do ativo	52.522	(6.074)	(769)	45.679

Composição consolidada dos saldos do passivo de arrendamento:

	2024	2023
Passivo de arrendamento	46.319	-
Total	46.319	-
Circulante	115	-
Não circulante	46.204	-

A movimentação consolidada do passivo de arrendamento, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, está demonstrada abaixo:

	2024					Valor líquido em 31/12/2024
	Reconhecimento inicial	Atualização dos saldos	Pagamento de principal	Pagamento de juros	Juros incorridos	
Passivo de arrendamento						
Arrendamento - Terreno do Parque Fotovoltaico	52.522	(6.122)	(81)	(2.386)	2.386	46.319
Total	52.522	(6.122)	(81)	(2.386)	2.386	46.319

Mediante reconhecimento do arrendamento dos parques fotovoltaicos das controladas da Empresa, a taxa de desconto utilizada para tal é de R\$ 12,66% a.a.

13 Imobilizado

a. Conciliação do valor contábil consolidado

Custo de aquisição:	31/12/2022		31/12/2023		31/12/2024		
	Adições	Baixas	Adições	Baixas	Adições	Baixas	
Imobilizado em construção (a)	108.965	1.438.419	(48.538)	1.498.846	188.209	(346)	1.686.709
Desmobilização de ativos	-	-	-	-	18.068	-	18.068
Total do imobilizado	108.965	1.438.419	(48.538)	1.498.846	206.277	(346)	1.704.777
Depreciação acumulada:	31/12/2022		31/12/2023		31/12/2024		
	Adições	Baixas	Adições	Baixas	Adições	Baixas	

Planta fotovoltaica - instalações, máquinas e benfeitorias	-	-	-	-	(26.459)	-	(26.459)
Total da depreciação acumulada	-	-	-	-	(26.459)	-	(26.459)
Total do imobilizado	108.965	1.438.419	(48.538)	1.498.846	179.818	(346)	1.678.318

(a) As adições referem-se a serviços e materiais oriundos da construção da usina fotovoltaica.

Em 01 de julho de 2024 as controladas da Companhia concluíram a construção da Usina Fotovoltaica e iniciou a operação para fornecimento para contratos firmados bilateralmente em ambiente de contratação livre, iniciando o reconhecimento de depreciação. A vida útil do ativo imobilizado e políticas contábeis aplicáveis estão descritas na nota explicativa nº 5.e

A Companhia avaliou que em 31 de dezembro de 2024, não existem evidências de perda do valor recuperável de seu imobilizado em andamento.

14 Fornecedores e outras contas a pagar

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Contratação de serviços e materiais (a)	155	128	2.256	57.998
Compra de energia (b)	11.642	-	19.730	-
Fornecedores – partes relacionadas (c)	6.661	-	-	-
Total de fornecedores	18.458	128	21.986	57.998
Outras contas a pagar (d)	2	23	1.174	216
Total outras contas a pagar	2	23	1.174	216
Total fornecedores e outras contas a pagar	18.460	151	23.160	58.214

a) Os saldos de serviços e materiais a pagar referem-se a aquisições e às contratações necessárias para o processo de construção das Usinas Fotovoltaicas nas Companhias controladas. A diminuição significativa em 2024 se deve ao fato da finalização da construção do parque fotovoltaico, conforme nota explicativa nº 13.

b) Compra de energia na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE

c) Refere-se a compra de energia das controladas, conforme detalhado na nota explicativa nº 22.

d) Refere-se basicamente à serviços de operação e manutenção (O&M) de R\$ 146 e serviços a faturar de R\$ 95.

A informação sobre a exposição da Companhia aos riscos de liquidez relacionados a fornecedores e outras contas a pagar encontram-se divulgados na nota explicativa nº 23.

15 Financiamentos

	Controladora e Consolidado	
	2024	2023
As movimentações dos financiamentos aconteceram da seguinte forma:		
Financiamentos		
Saldo inicial	926.880	-
Captação de financiamentos	96.061	952.802
Juros incorridos	74.426	27.069
Custo de captação incorrido	2.182	862
Custo de captação	(23.462)	(35.077)
Variação cambial	292.033	(18.776)
Saldo final – Passivo não circulante	1.368.120	926.880
Circulante	36.014	-
Não circulante	1.332.106	926.880

a. Termos e cronograma de amortização da dívida

	Taxa de juros	Vencimento final	2024	2023
Empréstimos	5,14+ 2,28 % a.a.	Nov/2053	1.368.120	926.880
			1.368.120	926.880

A Companhia, celebrou contratos de abertura de crédito junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) exclusivamente para financiar a aquisição de equipamentos e serviços para construção das plantas fotovoltaicas, onde foi contratado o crédito total de USD210.594, equivalente à R\$ 1.120.000, dos quais 100% já foram desembolsados entre 2023 e 2024, remunerados a taxa fixa ponderada do BNDES de 4,25% acrescido de *spread* de crédito de 2.28%. O prazo de financiamento é de 20 anos, com carência de 2 anos para o principal.

Os financiamentos bancários estão garantidos pelos contratos de venda de energia, emissão de cartas de fianças e garantia dos sócios, conforme no item “b” a seguir.

O contrato estabelece cláusulas restritivas (*covenants*) cujo eventual descumprimento pode acarretar vencimento antecipado da dívida. Os *covenants* são condições restritivas que visam dar garantia ao credor sobre a manutenção de determinados indicadores. No caso da dívida captada junto ao BNDES, os principais *covenants* são:

- Cumprir rigorosamente a legislação ambiental;
- Comprovar perante o BNDES correta aplicação dos recursos captados; e
- Manter, por todo período do financiamento, a autorização de operação da usina fotovoltaica, bem como cumprir com os requerimentos firmados no contrato com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

Todas as cláusulas restritivas (*covenants*) inerentes ao contrato de financiamentos requeridas são acompanhadas pela Administração da Companhia.

Garantias prestadas

O financiamento celebrado com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (“BNDES”), tem como fiadores o Itaú Unibanco S.A. e o Banco Credit Agricole Brasil S.A. Os Fiadores emitiram cartas de fiança em favor do BNDES, a fim de garantir o cumprimento das obrigações assumidas pela Companhia no contrato de financiamento.

A título de conta garantia em favor dos Fiadores, as obrigações das controladas da Companhia foram asseguradas pelas seguintes garantias:

- Sub-rogação de garantias reais:
 - penhor de ações e quotas da Companhia e SPEs, de titularidade dos sócios e da Tomadora nas SPEs, respectivamente;
 - penhor dos equipamentos de titularidade da Companhia;
 - cessão fiduciária dos direitos creditórios e direitos emergentes advindos do Projeto de titularidade da Companhia e das contas relacionadas ao Projeto;
- Garantia fidejussória prestada pela Afiançada (Boa Sorte Comercializadora), com solidariedade com as SPEs uma vez satisfeito o pagamento pelos Fiadores do BNDES em decorrência da honra da fiança;
- Compromisso limitado de aporte de capital na Companhia, pelos sócios;
- Fiança bancária para diferença entre equity aportado e Aporte Total vigente até a comprovação do Aporte Total.

16 Provisão para desmobilização

De acordo com a cláusula contida nos contratos de arrendamento, as controladas do grupo tem a obrigação de devolver o terreno arrendado onde o parque encontra-se instalado nas condições originais anteriores a implementação das instalações.

Em dezembro de 2024, o Grupo realizou o reconhecimento inicial da provisão para desmobilização inerente à desmontagem da usina fotovoltaica no montante de R\$18.068. Este montante foi mensurado com base nos custos estimados para desmontagem no término contrato de arrendamento, atualizado a valor presente por uma taxa de desconto definida em 7,74%.

O valor correspondente a desmobilização está registrada no ativo imobilizado e está sendo amortizado mensalmente. O valor atualizado em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 18.068, conforme nota explicativa nº 13.

A movimentação da provisão para desmobilização durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foi a seguinte:

	<u>2024</u>
Saldo inicial	<u>-</u>
Reconhecimento inicial	18.068
Saldo final	<u>18.068</u>

17 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o capital social subscrito da Companhia é de R\$ 1.190.518, representado por 1.190.518 ações, nominativas e sem valor nominal. O capital social integralizado é de R\$ 733.322 (R\$ 617.474 em 31 de dezembro de 2023). Sua controladora direta é a Atlas Brasil Energia Holding 3 S.A. com participação de 58,93% do capital social da Companhia. Os 41,07% restantes pertencem a Albras S.A.

Não ocorreram subscrição de capital social para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foram subscritas 1.064.241 ações.

A Companhia integralizou ao longo do exercício findo em 31 de dezembro de 2024 capital social no montante de R\$ 115.848 (R\$ 491.214 em 31 de dezembro de 2023), mediante transferência bancária realizadas pelas acionistas.

b. Reserva legal

Será constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. O lucro líquido será destinado a reserva legal no término do exercício fiscal.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024 a Companhia apurou o prejuízos e consequentemente não destinou saldos para reserva legal.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023 a Companhia apurou o lucro líquido de R\$ 62.211. Em função disso, a Companhia constituiu reserva legal no valor de R\$ 3.035.

c. Reserva de retenção de lucros

É destinada à aplicação em investimentos previstos no orçamento de capital conforme proposta no orçamento previamente aprovado na assembleia geral.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024 a Companhia absorveu o prejuízo do exercício no montante de R\$ 42.666 e apresentou reserva de retenção de lucros R\$ 15.840 (R\$57.044 em 31 de dezembro de 2023).

d. Reservas de hedge

A Companhia possui compromissos financeiros com suas controladas para prover recursos, objetivando que suas controladas liquidem suas obrigações referentes à compra de ativo, com o intuito de proteger o caixa da Companhia das oscilações da moeda estrangeira, mantém operações com derivativos por meio de Non-deliverable Forwards (NDF). Diante disso, a Companhia reconheceu o saldo em seu patrimônio líquido o valor de R\$ 0 (ganhos de R\$ 12.886 em 31 de dezembro de 2023), líquido de impostos, que corresponde as oscilações das flutuações cambiais mediante *hedge accounting*, conforme nota explicativa nº 25.

e. Ajuste de conversão

Mediante os ajustes de conversão realizados pela Companhia nas demonstrações financeiras consolidadas, conforme estabelecido na nota explicativa nº 4, a Companhia apresentou saldo perdas no montante de R\$ 237.930 (ganhos de R\$ 12.237 em 31 de dezembro de 2023).

18 Receita operacional líquida

O Grupo gera receita apenas pela venda de energia elétrica produzida pelas usinas fotovoltaicas. A tabela a seguir apresenta a composição analítica por tipo de receita apresentadas na demonstração do resultado do exercício:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Receita contrato de energia (MCP)	13.848	-	17.554	-
Receita contrato de energia (ACL)	89.329	-	107.126	-
Impostos sobre venda	(9.626)	-	(12.162)	-
Total	93.551	-	112.518	-

Em 2024 a Companhia e suas controladas comercializaram 634 GWh, dos quais 604 GWh corresponde ao montante gerado para cumprimento do contrato, conforme nota explicativa nº 1. A Companhia adquiriu o montante de 30 GWh em 2024 (para cumprimento dos contratos de fornecimento de energia).

19 Custos e despesas operacionais

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Custos do serviço de energia elétrica				
Depreciação e amortização	-	-	(27.108)	-
Operação e manutenção	(1.876)	-	(9.136)	-
Compra de energia para revenda (a)	(6.141)	-	(18.177)	-
Compra de energia para revenda – partes relacionadas (d)	(47.983)	-	-	-
Encargo de uso da rede de energia elétrica (b)	(40)	-	(10.541)	-
Compromissos ambientais e sociais	-	-	(109)	-
Custos de locação de terras (c)	-	-	(191)	-
Seguros	(209)	-	(4.457)	-
Custo de aporte em garantia	-	-	(670)	-
Total	(56.249)	-	(70.389)	-

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Despesas gerais e administrativas				
Contabilidade e auditoria	(213)	(77)	(1.059)	(456)
Serviços técnicos	(126)	(117)	(127)	(117)
Assessoria e advogados	(469)	(2.232)	(581)	(2.392)
Impostos e taxas	(753)	(544)	(789)	(547)
Despesas com seguros	-	(845)	-	(845)
Despesas com viagens	(1)	-	(349)	-
Outras despesas	(168)	(584)	(236)	(429)

Despesas compartilhadas partes relacionadas (e)	-	(1.786)	-	(1.784)
Reversão de despesas	-	-	194	-
Total	(1.730)	(6.185)	(2.947)	(6.570)

- (a) Refere-se a compra de energia de não partes relacionadas para cumprimento do contrato.
- (b) Refere-se a gastos junto às transmissoras provenientes do custo do uso da rede de transmissão.
- (c) Refere-se custos de aluguel das terras para operação do parque fotovoltaico não sujeitos ao CPC 06 (R2) – Arrendamentos.
- (d) Refere-se a compra de energia das controladas da Companhia para cumprimento de contrato de fornecimento de energia, conforme nota explicativa nº 22. A variação a maior em 2024 refere-se ao fato de as controladas terem iniciado a sua operação de geração de energia.
- (e) Referem-se ao repasse das despesas compartilhadas, conforme demonstrado na nota explicativa nº 22.

20 Receitas financeiras e despesas financeiras

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2024</u>	<u>2023</u>	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Receita financeira				
Rendimentos sobre aplicações financeiras	5.164	4.722	6.170	5.029
Ganhos com derivativos financeiros	16.640	141.555	16.640	141.555
Varição cambial ativa (a)	554	17.834	2.787	17.834
	22.358	164.111	25.597	164.418
Despesa financeira				
Carta de crédito e despesas bancárias	(964)	(18.335)	(1.263)	(18.708)
Juros de empréstimos (b)	(74.426)	(27.069)	(74.426)	(27.069)
Juros sobre arrendamentos	-	-	(2.795)	-
Custo de captação incorrido	(2.182)	(892)	(2.182)	(892)
Varição cambial passiva (a)	(24.236)	(20.488)	(24.340)	(20.488)
	(101.808)	(66.784)	(105.006)	(67.157)
Resultado financeiro, líquido	(79.450)	97.327	(79.409)	97.261

- (a) A Companhia possui saldos em moeda estrangeira de financiamentos. Devido às oscilações cambiais, as variações cambiais positivas são demonstradas como receita financeira e as negativas como despesas financeiras. Logo, o valor líquido destas variações consolidadas foi negativo em R\$ 21.553 (R\$1.926 em 31 de dezembro de 2023).
- (b) Conforme demonstrado na nota explicativa nº 15.

21 Imposto de renda e contribuição social

Em 31 de dezembro de 2024 o montante remanescente a pagar de Imposto de Renda e Contribuição Social do Grupo é de R\$1.079 (R\$7 em 31 de dezembro de 2023). A conciliação da

despesa com imposto de renda e contribuição social calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas debitada em resultado é demonstrada como segue:

a) Valores reconhecidos no resultado do exercício

i. Controladora

	2024	2023
(Prejuízo) Lucro contábil antes do imposto de renda e contribuição social	(42.666)	90.619
Adições:		
Provisões não dedutíveis temporariamente	18	23
Equivalência patrimonial	(1.014)	523
Variação cambial passiva não realizada	314.737	58.726
Variação cambial ativa realizada	10.953	255
Ajuste de conversão de moeda	34.311	
Despesas não dedutíveis	-	300
Exclusões:		
Provisões não dedutíveis temporariamente	(41)	(19)
Variação cambial ativa não realizada	(42.950)	(56.685)
Ajuste de conversão de moeda	(283.245)	-
Variação cambial passiva realizada	(7)	(9.146)
Exclusões permanentes	(226)	(15)
Base de cálculo antes da compensação de prejuízos fiscais	(9.904)	84.581
Compensação de prejuízos fiscais	-	(1.028)
Base de cálculo de imposto de renda e contribuição social	(9.904)	83.553
Alíquota nominal combinada do imposto de renda e contribuição social	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social correntes	-	(28.408)
Alíquota efetiva	-	34%

O saldo de prejuízo fiscal em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 39.367 (R\$29.463 em 31 de dezembro de 2023).

A Companhia não constitui impostos diferidos ativos referentes a prejuízos fiscais dado que por ser uma holding e comercializadora, seu lucro é basicamente resultado de equivalência, que é um resultado não tributável. A Companhia não apresenta expectativa de lucros tributáveis.

ii. Consolidado

	Consolidado
	2023
Apuração pelo lucro real	
(Prejuízo) Lucro contábil antes do imposto de renda e contribuição social	90.691
Adições:	
Provisões não dedutíveis temporariamente	23
Variação cambial passiva não realizada	58.726
Variação cambial ativa realizada	255
Demais receitas	662
Despesas não dedutíveis	300
Exclusões:	
Provisões não dedutíveis temporariamente	(19)
Variação cambial ativa não realizada	(56.685)
Variação cambial passiva realizada	(9.146)
Exclusões permanentes	(15)
Base de cálculo antes da compensação de prejuízos fiscais	84.792
Compensação de prejuízos fiscais	(1.028)
Base de cálculo	83.764
Alíquota nominal combinada do imposto de renda e contribuição social	34%
Imposto de renda e contribuição social correntes	(28.480)
Alíquota efetiva	34%
 Apuração pelo lucro presumido	
	2024
Receita bruta (a)	69.486
Presunção do imposto de renda – 8% (b)	5.559
Presunção da contribuição social – 12% (c)	8.338
Demais receitas – (d)	529
Base de cálculo do IRPJ (b) + (d)	6.088
Imposto de renda a alíquota de 15%	(913)
Adicional de imposto de renda a alíquota de 10%	(585)

Total IRPJ	(1.498)
Base de cálculo da CSLL (c) + (d)	8.867
Contribuição social a alíquota de 9%	(798)
Despesa com imposto de renda e contribuição social	(2.296)
Alíquota efetiva (*)	3%

b. Valores reconhecidos no patrimônio líquido – Impostos diferido decorrente de reserva de *hedge*:

	Consolidado	
	2024	2023
Reserva de <i>Hedge</i> – Instrumentos financeiros	-	19.524
Base de cálculo	-	19.524
Alíquota combinada do imposto de renda e contribuição social	-	34%
Imposto de renda e contribuição social diferida	-	6.638

22 Partes relacionadas

a) Controladora e controladora final

A controladora direta é a Atlas Brasil Energia Holding 3 S.A. e o controlador final é o GIP Helios Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia.

b) Operações com pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da Administração refere-se aos conselheiros e diretores. A remuneração paga ou a pagar ao pessoal-chave da Administração, por seus serviços é representada por salários e outros benefícios de curto prazo. Para 2024 e 2023 não foram fixadas remunerações. Todos os pagamentos foram realizados pela Atlas Brasil Comercializadora de Energia S.A.

c) Operações com partes relacionadas

	Controladora			
	Contas a pagar (a)		Receita/(Despesas) (a)	
	2024	2023	2024	2023
	2024	2023	2024	2023
<i>(i) Operações intercompany – Nacional</i>				
Central Fotovoltaica Boa Sorte 1 SPE LTDA	841	-	(6.269)	-
Central Fotovoltaica Boa Sorte 2 SPE LTDA	841	-	(6.285)	-
Central Fotovoltaica Boa Sorte 3 SPE LTDA	832	-	(6.213)	-
Central Fotovoltaica Boa Sorte 4 SPE LTDA	842	-	(5.920)	-
Central Fotovoltaica Boa Sorte 5 SPE LTDA	827	-	(6.267)	-
Central Fotovoltaica Boa Sorte 6 SPE LTDA	827	-	(6.028)	-
Central Fotovoltaica Boa Sorte 7 SPE LTDA	824	-	(5.736)	-
Central Fotovoltaica Boa Sorte 8 SPE LTDA	827	-	(5.265)	-
Total	6.661		(47.983)	-

	Controladora			
	Contas a receber		Receita/(Despesas)	
	2024	2023	2024	2023
	2024	2023	2024	2023
<i>(ii) Dividendos</i>				
Central Fotovoltaica Boa Sorte 7 SPE LTDA	357	-	-	-
Total	357		-	-

- a) Conforme descrito na nota explicativa nº1, a Companhia adquiri toda a energia gerada pelas investidas para suprir o contrato detido.

23 Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

a) Classificação contábil e valores justos

A Companhia possui operações com instrumentos financeiros. O gerenciamento desses instrumentos financeiros é feito por meio de monitoramento e controles internos que visam mitigar os riscos advindos desses instrumentos financeiros. A Companhia possui um comitê instaurado permanentemente, que tem por finalidade analisar todos os fatores internos e externos que possam aumentar o risco de crédito, cambial e de liquidez atrelados as operações com instrumentos financeiros. As atividades relacionadas a gestão e monitoramentos dos riscos

envolvem principalmente o acompanhamento da evolução das taxas de juros que podem impactar tanto os fluxos de caixa da Companhia bem como o valor de mercado dos instrumentos financeiros, o risco de crédito de seus ativos financeiros, e o monitoramento regular das cláusulas de covenants. As projeções e acompanhamento dos fluxos de caixa da Companhia são monitoradas periodicamente com vistas a garantir o cumprimento das obrigações financeiras e liquidez da Companhia.

A Companhia não efetuou operações com instrumentos financeiros de caráter especulativo. Os derivativos são contratados somente com o intuito de proteger o caixa da Companhia para com suas obrigações expostas ao risco cambial

	Nota	2024 - Controladora		2023 - Controladora	
		Valor justo através do resultado	Custo amortizado	Valor justo através do resultado	Custo amortizado
Ativos financeiros					
Caixa e equivalentes de caixa	8	9.630	91.127	29.421	110.484
Contas a receber	9	-	27.552	-	-
Outras contas a receber	-	-	645	-	187
Dividendos a receber	22	-	357	-	-
Derivativos a receber	23	-	-	19.524	-
Total		9.630	119.681	48.945	110.671

Passivos financeiros					
Fornecedores	14	-	18.458	-	128
Financiamentos	15	-	1.368.120	-	926.880
Outras contas a pagar	14	-	2	-	23
Total		-	1.386.580	-	927.031

	Nota	2024 – Consolidado		2023 – Consolidado	
		Valor justo através do resultado	Custo amortizado	Valor justo através do resultado	Custo amortizado
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	8	86.760	101.163	29.421	110.320
Contas a receber	9	-	38.281	-	-
Outras contas a receber	-	-	734	-	3.261
Derivativos a receber	23	-	-	19.524	-
Total		86.760	140.178	48.945	113.581

Passivos					
Fornecedores	14	-	21.986	-	57.998
Financiamentos	15	-	1.368.120	-	926.880

Passivo de arrendamento	12	-	46.319	-	-
Outras contas a pagar	14	-	1.174	-	216
Total		-	1.437.599	926.880	58.214

Valor justo dos instrumentos financeiros

	Nível hierárquico do valor justo	2024 – Controladora		2023 – Controladora	
		Valor contábil	Valor Justo	Valor contábil	Valor Justo
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	Nível 1	100.757	100.757	139.741	139.741
Contas a receber	Nível 2	27.552	27.552	-	-
Dividendos a receber	Nível 2	357	357	-	-
Outras contas a receber	Nível 2	645	645	187	187
Derivativos a receber	Nível 2	-	-	19.524	19.524
Total		129.311	129.311	159.452	159.452
Passivos					
Fornecedores	Nível 2	18.458	18.458	128	128
Financiamentos	Nível 2	1.368.120	1.368.120	926.880	926.880
Outras contas a pagar	Nível 2	2	2	-	-
Total		1.386.580	1.386.580	927.008	927.008

	Nível hierárquico do valor justo	2024 - Consolidado		2023 – Consolidado	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor Justo
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	Nível 1	187.923	187.923	140.331	140.331
Contas a receber	Nível 2	38.281	38.281	-	-
Outras contas a receber	Nível 2	734	734	3.261	3.261
Derivativos a receber	Nível 2	-	-	19.524	19.524
Total		226.938	226.938	163.116	163.116
Passivos					
Fornecedores	Nível 2	21.986	21.986	57.998	57.998
Financiamentos	Nível 2	1.368.120	1.368.120	926.880	926.880
Passivo de arrendamento	Nível 2	46.319	46.319	-	-
Outras contas a pagar	Nível 2	1.174	1.174	216	216
Total		1.437.599	1.437.599	985.094	985.094

Mensuração do valor justo

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou passivo financeiro, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1** – preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos

- idênticos;
- **Nível 2** – *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivados de preços); e
 - **Nível 3** - *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Técnicas de avaliação dos instrumentos financeiros mensurados a valor justo

Derivativos a receber / a pagar

Precificação a termo - O valor justo é determinado utilizando taxas de câmbio a termo cotadas na data do balanço e ajustado ao valor presente, baseado nas cotações das taxas de câmbio e índices para o cálculo do valor presente, os quais são obtidos junto ao site da B3 em índices referenciais.

a) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia não possui derivativos em aberto para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia estava comprada em Reais do Brasil (BRL) por meio de (NDF) *Non-deliverable Forwards*.

A Companhia possui compromissos financeiros com suas controladas para prover recursos, objetivando que suas controladas liquidem suas obrigações referentes à compra de ativo imobilizado a moeda estrangeira. O repasse dos recursos financeiros para as controladas da Companhia se dará por meio de aporte de capital. Com o intuito de proteger o caixa da Companhia das oscilações da moeda estrangeira, mantém operações com derivativos por meio de *Non-deliverable Forwards* (NDF). Abaixo são demonstradas as respectivas operações com NDFs:

Operação Contratada	Contrato a Termo – NDF	Valor de referência		Vencimento (Mês/Ano)	Valor justo
		31/12/2023	31/12/2023		31/12/2023
		<i>Em USD</i>	<i>Em R\$ (*)</i>		<i>Em R\$</i>
112022100124500 - Itaú S.A.	Termo líquido	8172	40347	02/2024	(6.747)
112022100124900 - Itaú S.A.	Termo líquido	3074	15234	03/2024	(2.496)
112022100125000 - Itaú S.A.	Termo líquido	4174	20736	04/2024	(3.369)
112022100125100 - Itaú S.A.	Termo líquido	3390	16895	05/2024	(2.712)
112022100125300 - Itaú S.A.	Termo líquido	2291	11456	06/2024	(1.815)
112022100125400 - Itaú S.A.	Termo líquido	1401	7025	07/2024	(1.102)
112022100125500 - Itaú S.A.	Termo líquido	706	3551	08/2024	(551)
112022100125600 - Itaú S.A.	Termo líquido	940	4745	09/2024	(731)
		24.148	119.989		(19.523)

(*) Com base no valor a termo

(**) Com base no valor justo

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, os contratos a termo – NDF geraram entradas líquidas de caixa no montante de R\$ 141.555, conforme nota explicativa nº 17.

Abaixo são demonstrados os valores de ganho ou perda com derivativos, designados com hedge de valor justo durante o exercício de 2024 e 2023.

	2024	2023
	Derivativos em BRL (*)	Derivativos em BRL (*)
Ganho (*)	-	(19.523)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	6.638
Ajuste de conversão	-	(1)
Resultado líquido com derivativos	-	(12.886)

(*) Reconhecidas no patrimônio líquido, na rubrica de ajuste de avaliação patrimonial líquidas dos ganhos, perdas, e efeitos fiscais. Os respectivos valores quando realizados não irão afetar o resultado. Serão reclassificados para o ativo não circulante, na rubrica de investimento em controladas.

Gestão de riscos

A Administração é responsável pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia e de suas controladas. As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar, analisar e definir limites e controles apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites

b) Gerenciamento de risco financeiro

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de mercado.
- Risco cambial; e
- Risco de taxa de juros.

Estrutura de gerenciamento de risco

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades a Companhia. A Companhia por meio de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

(i) Risco de crédito

Caixa, equivalentes de caixa

O risco de crédito de saldos com bancos, instituições financeiras e derivativos é administrado pela tesouraria, bem como por um Comitê permanente da Companhia de acordo com políticas estabelecidas. Os recursos excedentes de caixa e equivalentes de caixa são investidos apenas em instituições financeiras autorizadas e aprovadas pela controladoria, avaliadas pela Diretoria Executiva, respeitando limites de crédito definidos, os quais são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte.

Contas a receber

As vendas de energia que geram as contas a receber de suas controladas são pactuadas somente com clientes com capacidade de liquidez e por meio de robustas garantias financeiras, bem como contratos com mecanismos robustos de controle de inadimplência. Abaixo são demonstrados os saldos contábeis suscetíveis ao risco de crédito:

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
Caixa e equivalentes de caixa	8	100.757	139.741	187.923	140.331
Contas a receber	9	27.552	-	38.281	-
Outras contas a receber	-	645	187	734	3.261
Dividendos a receber	22	357	-	-	-
Derivativos a receber	23	-	19.524	-	19.524
Total		129.311	159.452	226.938	163.116

(ii) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de que o Grupo irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem do Grupo na Administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação do Grupo.

Exposição ao risco de liquidez

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros na data da demonstração financeira. Esses valores são brutos e não-descontados, e incluem pagamentos de juros contratuais.

31 de dezembro de 2024

	Valor Contábil	Controladora				
		Fluxos de caixa contratuais				
		Total	2 anos ou menos	3 - 5 anos	5 - 10 anos	Mais que 10 anos
Passivos financeiros						
Fornecedores	18.458	18.458	18.458	-	-	-
Financiamentos	1.368.120	1.368.120	1.368.120	-	-	-
Outras contas a pagar	2	2	2	-	-	-
Total	1.386.580	1.386.580	1.386.580	-	-	-

31 de dezembro de 2023		Controladora				
Valor Contábil	Fluxos de caixa contratuais					
	Total	2 anos ou menos	3 - 5 anos	5 - 10 anos	Mais que 10 anos	
Passivos financeiros						
Fornecedores e outras contas a pagar	151	151	151	-	-	-
Financiamentos	926.880	2.030.095	74.958	367.764	791.738	795.635
Total	927.031	2.030.246	75.109	-	-	-

31 de dezembro de 2024		Consolidado				
Valor Contábil	Fluxos de caixa contratuais					
	Total	2 anos ou menos	3 - 5 anos	5 - 10 Anos	Mais que 10 anos	
Passivos financeiros						
Fornecedores	21.986	21.986	21.986	-	-	-
Financiamentos	1.368.120	1.368.120	1.368.120	-	-	-
Passivo de arrendamento	46.319	46.319	46.319	-	-	-
Outras contas a pagar	1.174	1.174	1.174	-	-	-
Total	1.437.599	1.437.599	1.437.599	-	-	-

31 de dezembro de 2023		Consolidado				
Valor Contábil	Fluxos de caixa contratuais					
	Total	2 anos ou menos	3 - 5 anos	5 - 10 Anos	Mais que 10 anos	
Passivos financeiros						
Fornecedores e outras contas a pagar	58.214	58.214	58.214	-	-	-
Financiamentos	926.880	2.030.095	74.958	367.764	791.738	795.635
Total	985.094	2.088.309	133.172	367.764	791.738	795.635

(iii) Risco operacional

O risco operacional está relacionado com a paralisação de parte ou de todo o fornecimento esperado relacionado as usinas onde as controladas desenvolvem suas atividades:

Visando a mitigação do risco operacional a Companhia e suas controladas gerenciam o risco operacional da seguinte maneira:

- Profissionais altamente treinados e capacitados.

- Contratos robustos de operação e manutenção.
- Processos sólidos e bem definidos.
- Análises diárias, semanais, mensais da capacidade operacional, bem como dos fatores internos e externos atrelados à operação.
- Acompanhamento dos sistemas de gestão e aplicação das políticas de Meio Ambiente, Saúde e Segurança.
- Centro de controle operacional de alta tecnologia.
- Monitoramento de matriz de risco.
- Gestão do relacionamento com a comunidade.

(iv) *Risco de mercado*

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros, têm nos ganhos da Companhia e de suas controladas ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. A Administração da Companhia e de suas controladas não efetuam investimentos em ativos financeiros que possam gerar oscilações relevantes nos seus preços de mercado sem instrumentos de proteção das oscilações.

(v) *Risco cambial*

A Companhia está exposta ao risco cambial proveniente dos compromissos em aportar recursos à suas controladas referentes as aquisições de ativo imobilizado para a implementação das usinas de geração. O risco deriva das oscilações entre o Real (R\$) versus Dólar Norte Americano (USD).

Derivativos

Os derivativos são contratados com bancos que possuem rating entre AA e AAA, baseado em agências de classificação de rating de crédito.

A política de gestão de risco cambial da Companhia é fazer a proteção de 100% da sua exposição esperada em moeda estrangeira, em relação aos seus compromissos futuros. A Companhia utiliza contratos a termo de moeda *NDF (Non Deliverable Forward)*, para se proteger. Os compromissos futuros atrelados à moeda estrangeira têm seus vencimentos iniciando em dezembro de 2022 e terminando em agosto de 2024.

O quadro abaixo demonstra a exposição da Companhia atrelada ao risco cambial em 31 de dezembro de 2023.

31/12/2023 Consolidado	<i>Risco cambial atrelado ao USD</i>			
	Até 1 ano em USD	Até 1 ano em BRL	Maior que 1 ano em USD	Maior que 1 ano em BRL
Aporte de capital em controladas (*)	33.692	33.692	-	-
Contratos futuros utilizados como <i>hedge</i> de fluxo de caixa (**)	(33.692)	(33.692)	-	-
Exposição líquida	-	-	-	-

*Compromisso em aportar capital nas controladas para liquidação de suas obrigações junto aos fornecedores de equipamentos adquiridos para implementação das usinas, com base no valor justo em 31 de dezembro de 2022.

**NDFs designadas como *hedge* de fluxo de caixa com base no valor justo cotado em 31 de dezembro de 2022.

Análise de sensibilidade de moeda estrangeira

Em atendimento ao item 40 do CPC 40 – Instrumento Financeiros Evidenciação / IFRS 7 – *Financial Instruments: Disclosures*, a Companhia efetua a análise de sensibilidade de seus instrumentos financeiros.

A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados da Companhia em função da variação de cada risco destacado.

No quadro a seguir está apresentado o instrumento financeiro da Companhia que está exposto à moeda estrangeira, com as exposições aplicáveis de flutuação de taxas de câmbio até as datas de vencimento dessas transações, com o cenário provável adotado pela Companhia, baseado fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas do relatório Focus do Banco Central, com 25% e 50% de aumento do risco.

		31/12/2023	Sensibilidade		
			Provável	$\Delta + 25\%$	$\Delta + 50\%$
Risco de itens off-balance (*)	Moeda / Risco	Exposição			
Hedge de fluxo de caixa Contratos (NDFs)	Dólar	33.692	1.695	2.118	2.542

(vi) Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade de o Grupo sofrer perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

Em relação aos ativos financeiros, visando à mitigação desse tipo de risco, o Grupo centraliza seus investimentos em operações com taxas de rentabilidade que acompanham a variação próxima do CDI em certificado de depósito bancário. Na data do balanço, o perfil de taxa de juros do Grupo é em aplicações financeiras com taxa pós-fixada.

E em relação aos passivos financeiros, visando à mitigação desse tipo de risco, o Grupo possui empréstimos e financiamento em operações com taxas que acompanham o índice inflacionário do Brasil e o índice de atualização dos contratos de venda de energia.

Análise de sensibilidade de índices indexadores

Em atendimento ao item 40 do CPC 40 – Instrumentos Financeiros Evidenciação / IFRS 7 – *Financial Instruments: Disclosures*, a Companhia efetua a análise de sensibilidade de seus instrumentos financeiros.

A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados da Companhia em função da variação de cada risco destacado.

No quadro a seguir estão apresentados todos os instrumentos financeiros da Companhia que estão expostos à indexadores, com as exposições aplicáveis de flutuação de taxas de juros e outros indexadores até as datas de vencimento dessas transações, com o cenário provável adotado pela

Companhia, baseado fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas do relatório Focus do Banco Central, com 25% e 50% de aumento do risco:

Variação das taxas de juros e índices		Variação 31/12/2024	Cenário Provável 31/12/2025	Sensibilidade		
				Provável	Δ + 25%	Δ + 50%
Risco de redução da taxa de juros e índices						
CDI (a)		12,15%	14,75%	18,44%	22,13%	27,66%

Risco de aumento (passivo)	Índice	Saldos em 31/12/2024	Sensibilidade				
			Provável	Δ + 25%	Δ + 50%	∇ - 25%	∇ - 50%
Financiamentos	CDI	1.368.120	67.859	84.823	101.788	(84.823)	(101.788)
Total		1.368.120	67.859	84.823	101.788	(84.823)	(101.788)
Risco de redução (ativo)							
Aplicações financeiras	CDI	86.760	12.797	15.996	19.196	(15.996)	(19.196)

(a) Certificado de Depósito Interbancário – Fonte: Projeções Bradesco Longo Prazo

24 Contingências

A Companhia não possui em 31 de dezembro de 2024 e 2023 contingências passivas com avaliação de risco de perda provável ou possível.

25 Demonstração dos fluxos de caixa

Transações que não envolvem caixa:

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
Instrumentos derivativos ativo	23	19.524	(19.524)	19.524	(19.524)
Instrumentos derivativos passivo	23	-	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	21	(6.638)	6.638	(6.638)	6.638
Ajuste de avaliação patrimonial	17	(12.886)	12.886	(12.886)	12.886
Ajuste de conversão	17	(248.682)	-	(248.682)	-
Variação cambial	15	292.033	-	292.033	-
Provisão para desmobilização	16	-	-	18.068	-
Fornecedores	14	-	-	(55.742)	57.870
Desmobilização de ativos	13	-	-	(18.068)	-
Aquisição de imobilizado	13	-	-	55.742	(57.870)

26 Compromissos futuros

A seguir são divulgados os principais compromissos da Companhia para os anos subsequentes.

	2025	2026	2027	2028	Acima 2029	Total
TUST/TUSD (a)	(23.003)	(13.375)	(13.796)	(14.239)	(740.420)	(804.832)
Seguros e garantias (b)	(9.423)	(4.352)	(4.486)	(4.633)	(118.918)	(141.812)
Compra de Energia (c)	(12.144)	(830)	(835)	(114)	-	(13.924)
Contratos de (O&M) (d)	(10.002)	(6.449)	(6.651)	(6.865)	(295.326)	(325.292)
Arrendamento (e)	(5.384)	(563)	(1.563)	(4.540)	(87.140)	(99.190)
Outros (f)	(22.139)	(6.210)	(5.661)	(5.714)	(229.460)	(269.184)
Total	(82.095)	(31.779)	(32.992)	(36.105)	(1.471.264)	(1.654.234)

a) Encargos devido ao uso do sistema de transmissão (CUST/TUSD)

Durante toda a operação dos projetos, a Empresa irá incorrer com gastos referentes aos encargos por uso do sistema de transmissão, objeto dos Contratos de Uso do Sistema de Transmissão (CUST) e Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD) para empreendimentos conectados na rede de transmissão.

Para o ano de 2025 os encargos foram calculados considerando as tarifas vigentes para o ciclo tarifário 2025/2026 (julho/24 a junho/25) para projetos conectados na rede de transmissão, sem a utilização de correção/reajuste nas tarifas para os meses.

Para os anos a partir de 2025 os encargos também foram calculados considerando as tarifas vigentes para o ciclo tarifário 2024/2025.

b) Seguros e garantias

A Companhia possui contratos de seguros e garantias para manutenção e asseguaração das plantas fotovoltaicas.

c) Contratos de Operação e Manutenção (O&M)

A Companhia possui contratos com fornecedores para manutenção das plantas fotovoltaicas.

d) Arrendamentos

O Grupo possui contratos de arrendamentos dos terrenos pertinentes à utilização para instalação do parque fotovoltaico, os quais não atendem aos critérios de contabilização conforme prevê o IFRS 16.

e) Outros

A Companhia possui outros contratos que possivelmente incorrerão em despesas futuras, como, despesas intercompany, serviços profissionais, despesas bancárias, responsabilidade social e custos e despesas ambientais.

27 Eventos subsequentes

- (a) Em 07 de janeiro de 2025, a Companhia procedeu com aportes de capital social na controlada Central Fotovoltaica Boa Sorte 4 SPE Ltda no valor de R\$ 988 mediante transferência bancária.
- (b) Em 07 de janeiro de 2025, a Companhia procedeu com aportes de capital social na controlada Central Fotovoltaica Boa Sorte 5 SPE Ltda no valor de R\$ 1.208 mediante transferência bancária.
- (c) Em 07 de janeiro de 2025, a Companhia procedeu com aportes de capital social na controlada Central Fotovoltaica Boa Sorte 6 SPE Ltda no valor de R\$ 1.154 mediante transferência bancária.
- (d) Em 07 de janeiro de 2025, a Companhia procedeu com aportes de capital social na controlada Central Fotovoltaica Boa Sorte 7 SPE Ltda no valor de R\$ 938 mediante transferência bancária.
- (e) Em 07 de janeiro de 2025, a Companhia procedeu com aportes de capital social na controlada Central Fotovoltaica Boa Sorte 8 SPE Ltda no valor de R\$ 950 mediante transferência bancária.